

TEORIA DO RECONHECIMENTO DE AXEL HONNETH: RAZÕES PARA PRESERVAR ARQUIVOS PESSOAIS¹

Augusto César Luiz Britto

Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura – UNAMA. Arquivista do Instituto Evandro Chagas. e-mail: augusto_britto@yahoo.com

Danila Gentil Rodriguez Cal Lage

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Com pós-doutorado em Comunicação e Esfera Pública (CNPq-UFMG). Professora Adjunta da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Pará. e-mail: danilagentilcal23@gmail.com

Analaura Corradi

Doutora em Ciências Agrárias – UFRA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura – UNAMA. e-mail: corradi7@gmail.com

Resumo: A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth surge na metade do século XX como modelo de interpretação dos fenômenos sociais. Podemos elencar os Arquivos Pessoais e os motivos que os seus titulares levaram para preservar seus documentos como um dos fenômenos possíveis a ser estudado mediante essa teoria. Tendo como pressuposto essa possibilidade, esse artigo visa demonstrar a relação entre as Teorias Arquivísticas e a Teoria do Reconhecimento ao se estudar um Arquivo Pessoal específico. O acervo escolhido foi o do Dr. José Maria de Souza custodiado pelo Instituto Evandro Chagas - IEC por conter uma diversidade de tipologias documentais o qual possibilitou um amplo campo para análise e interpretação. Conceitua-se Arquivo e Arquivo Pessoal e disserta-se, baseada na literatura arquivística, os motivos que levam alguém a preservar seus documentos. Contextualiza-se a Teoria do Reconhecimento e o acervo do Dr. José Maria de Souza. Finda com a análise do acervo em estudo tendo como molde a Teoria do Reconhecimento.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Teoria do Reconhecimento. Axel Honneth. Egodocumento. Escrita de si.



1 INTRODUÇÃO

A existência de Arquivos Pessoais em instituições que difundem acervos documentais para fins de pesquisa se faz cada vez mais presente e disponíveis para consulta. A preservação desse tipo de Arquivo pressupõe uma intencionalidade anterior do titular. O motivo inicial da preservação pode tanger questões diversas como o medo da instituição em que atuou colocar fora documentos que provam a sua atuação profissional, afetividade perante documentos de cunho familiar que atestam uma época de sua vida, entre outras razões. Diversos podem ser os motivos para se guardar um Arquivo Pessoal, porém quando se analisa as motivações é perceptível que o fim maior dessa preservação é o reconhecimento da importância titular, seja profissionalmente ou socialmente.

O teórico Axel Honneth desenvolveu a Teoria do Reconhecimento na metade do século XX. Para ele, a teoria crítica da sociedade deve ter como horizonte o reconhecimento para poder interpretar a sociedade de maneira mais significativa. Para isso Honneth divide a Teoria do Reconhecimento em três perspectivas de análise em que ele vai denominar de âmbitos: amor, direito e a solidariedade (HONNETH, 2009).

¹ Este artigo apresenta dados oriundo da dissertação de mestrado do autor Augusto C. L. Britto, referenciado na lista ao final do texto.

Esse artigo tem como objetivo compreender os motivos que levam um agente social a preservar documentos pessoais tendo como modelo de interpretação a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. Como objeto de estudo foi analisado o acervo do Dr. José Maria de Souza, médico, farmacêutico-bioquímico e professor, hoje aposentado e residente em Porto Alegre-RS. Acervo encontra-se custodiado no Instituto Evandro Chagas - IEC sediado em Belém/PA. O Dr. José Maria de Souza é doutor em Medicina pela Universidade de São Paulo – USP de Ribeirão Preto/SP e atuou principalmente como médico, professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará – UFPA e pesquisador do Instituto Evandro Chagas – IEC sediado em Belém/PA e Ananindeua/PA.

O texto está dividido em cinco tópicos onde primeiramente se conceitua “Arquivo” e “Arquivo Pessoal”. Em seguida baseado na literatura arquivística explana-se os motivos que levam alguém a preservar um Arquivo Pessoal. No terceiro tópico é abordada a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth subsidiado pela tese de Doutorado de Mendonça (2009), artigo de Saavedra; Sobottka (2008) e principalmente o texto original de Honneth (2009). Em seguida é contextualizado o acervo do Dr. José Maria de Souza contendo uma biografia sintetizada. Finaliza-se o texto com a análise do acervo em estudo mediante os três âmbitos da Teoria do Reconhecimento.

2 ARQUIVO E ARQUIVO PESSOAL

O conceito de Arquivo atualmente, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA, 2005, p. 27), corresponde a:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos.
3. Instalações onde funcionam arquivos.
4. Móveis destinado à guarda de documentos.

Tendo como perspectiva a primeira concepção do que é um arquivo percebe-se a sua principal característica: uma unidade a qual agrupa documentos que foram produzidos ou recebidos com o intuito de se atingir uma finalidade. Assim, não estarão, ou pelo menos não deverão estar, documentos aleatórios que não condizem com as atividades da entidade produtora.

O Arquivo como explicado por Mundet (1994) espelha as ações empreendidas pela administração, pois a quantidade de atividades desempenhadas por essa vai determinar a diversidade de tipos documentais presente em seu arquivo. Além disso, os documentos de uma entidade produtora relacionam-se entre eles nos quais em conjunto respondem por toda uma entidade, e caso tivessem isolados não concretizariam as ações administrativas.

Aparentemente os documentos de arquivos institucionais são acumulados mediante certa naturalidade no decorrer das atividades exercidas pela mesma, porém existe a “intencionalidade” intrínseca a cada redação documental como preconizado por Le Goff (1990).

Os Arquivos Pessoais respeitam a mesma dinâmica dos Arquivos Tradicionais. Os documentos que integram um acervo pessoal são resultantes das atividades realizadas pelo titular sendo elas de caráter profissional ou pessoal. Oliveira (2012, p. 33) ao conceituar o que é um Arquivo Pessoal afirma que se constitui como:

conjuntos de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo.

Os documentos de um Arquivo Pessoal, pelo menos em sua fase de acumulação, são de caráter privado, pois pertence ao seu titular que é responsável pela produção, recebimento e custódia dos mesmos. A lei n. 8.159 de 1991, denominada como “Lei de Arquivo” e que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos, em seu artigo nº 11 categoriza os Arquivos Pessoais como um Arquivo Privado ao defini-los como um conjunto de documentos oriundos de pessoas físicas ou jurídicas.

Porém, o limite entre quais são documentos públicos daqueles privados em Arquivos Pessoais é tênue, principalmente em acervos de indivíduos que desempenharam funções públicas. Assis (2009) comenta que certas personalidades, devido ao papel que as mesmas tiveram na sociedade, contêm em seus acervos documentos de interesse público e que, portanto, a definição de Arquivo Pessoal como exclusivamente privado, nesses contextos, não são satisfatórios.

Independentemente da natureza dos documentos de um Arquivo Pessoal, os documentos são acumulados mediante a concepção, perspectiva e interesse do seu titular. Além disso, o acesso posterior a esses documentos para a realização de pesquisa dependerá da sensibilização desse titular ou dos responsáveis pela custódia. Fujisawa (2009) lembra da possibilidade dos familiar realizarem uma triagem anterior a entrega nos documentos visando à ocultação de informações que possam prejudicar a imagem do titular. O acervo após o falecimento do titular, ou término do seu acúmulo, pode continuar privado ou ser doado a uma instituição custodiada de arquivos tornando-se público.

É necessário ter claro o limite de formação de um Arquivo Pessoal. Se o eixo norteador de acumulação é o titular do acervo, logo esse limite corresponde à vida do mesmo. Mckemmish (2013) destaca que esses documentos são aqueles que constituem as “provas de mim”, ou seja, evidências deixadas pelo titular mediante documentos de Arquivo sobre a sua existência. As “provas de mim” respondem ao impulso humano de se demarcar no mundo e no tempo em que viveu.

Logo, documentos produzidos e/ou recebidos por diversos veículos comunicacionais, familiares e/ou amigos sobre o titular do acervo não são abarcados organicamente ao acervo acumulado por esse. A importância dessa documentação enquanto fonte de pesquisa não deve ser desconsiderada, entretanto a forma de interpretação desses documentos durante o tratamento técnico ou na realização de uma pesquisa deve ser diferenciada.

Também é necessário evitar classificações artificiais denominadores a esse tipo de Arquivo. Santos (2012) chama a atenção para termos como Arquivos Científicos, Arquivos Econômicos, Arquivos Sociais e Arquivo Político, podendo acrescentar ainda Arquivos Literário, Arquivo Arquitetônico, Arquivo Beneficente, Arquivo Artístico entre outros, pois pouco contribui para o entendimento das funções desempenhadas pelo indivíduo. A definição de Arquivo Pessoal abrange todas as atividades desempenhadas pelo titular e não apenas aquelas oriundas da função considerada principal. Um político pode ter sido um indivíduo religioso e/ou ter desempenhado atividades artística, recreativas, benevolentes, sindicais, associativas, entre outras, cujos documentos decorrentes destas atividades devem integrar o seu arquivo pessoal.

Da mesma maneira podemos falar dos documentos familiares e de relacionamentos interpessoais de caráter íntimo cuja personalidade do titular do acervo é mais latente. Não são documentos necessariamente oriundos de atividades profissionais, mas devido ao seu conteúdo e por ter sido gerado pelo titular deve integrar o Arquivo Pessoal.

Cartas, agendas e diários são exemplos de documentos citados acima, ou seja, que a personalidade se faz presente de forma significativa no texto. Nesses documentos podemos perceber os sentimentos dos autores como felicidade, decepção, modéstia, orgulho, entre outros, o que torna, de acordo com Anibal (2011), a escrita mais retrospectiva e reflexiva. São marcas do indivíduo projetadas no texto e que representam não apenas a personalidade do autor, mas também relatam a sociedade que pertenciam. O pesquisador irá identificar e diferenciar, de acordo com GROFBE (2015), as características de um titular de Arquivo Pessoal para outro mediante as variáveis que esses apresentam: idade, gênero, classe social, nível de letramento, profissão e outros.

A esse tipo de documentação onde predominam a individualidade, personalidade e os sentimentos daquele que redige receberam o nome de “egodocumento” pelo historiador Presser na década de 1950. Presser estava interessado em textos autobiográficos, entre eles os diários e as cartas pessoais, e sentiu a necessidade de cunhar um termo que englobasse as características desse tipo de documentação (DEKKER, 2002).

É a presença do “eu”, mesmo que de forma não intencional, que caracteriza um egodocumento. Mostacero (2006) relata que Schulze, ao comprovar que alguns documentos administrativos e judiciais transpareciam a personalidade do titular, preconiza que esses também deveriam ser considerados como egodocumentos.

Decorre que os egodocumentos não são obrigados a seguir tanto a normatização rígida de produção da administração como as imposições jurídicas como acontece com os documentos oficiais resultando, como nos dizeres de Camargo; Goulart (2007), na existência de uma “zona de penumbra” que dificultariam na identificação, tratamento e pesquisa desses documentos.

Apesar da não obrigação dos padrões administrativos e das imposições jurídicas, os autores de

egodocumentos sofrem influência das “tradições discursivas”. Uma língua histórica apresenta convenções de fórmulas e discursos (disposição da informação, gênero textual ou universo discursivo) e que são repassadas a novos escritores no decorrer do tempo (GROFBE, 2015). As tradições discursivas apresentadas por GROFBE (2015) amenizam as “zonas de penumbra” identificadas por Camargo; Goulart (2007) nos documentos de Arquivos Pessoais.

Os Arquivos Pessoais são, portanto, constituídos de documentos resultantes de todas as atividades desenvolvidas no decorrer da vida de um titular e que ele julgou importante conservar. Apresentam não apenas a trajetória de sua vida, mas o seu íntimo, ou aquilo que desejou apresentar sobre si em determinado momento, além do contexto social e cultural do espaço e época em que viveu. Os motivos de se guardar um Arquivo Pessoal variam e esse tópico será abordado em sequência.

3 MOTIVOS DE SE GUARDAR UM ARQUIVO PESSOAL

Vale questionar o motivo que leva um indivíduo a guardar documentos sobre a sua vida. Teria esse indivíduo consciência do valor cultural de seus documentos para as pesquisas futuras? Consciência da representatividade que seu acervo tem perante os grupos sociais em que esteve inserido no decorrer de sua trajetória? Ou apenas guardou por simples hábito? É necessário ao estudar um Arquivo Pessoal entendê-lo e para isso é necessário, de acordo com Heymann (2013) contextualizar o acervo. O autor argumenta que a “contextualização dependerá, em grande medida, de procurar entender o motivo da guarda do documento, identificando a intenção acumuladora”.

Observam-se alguns exemplos constatados por diversos autores. A ação que o indivíduo tem de narrar a sua trajetória de vida para que sua imagem fique perpetuada por longa data é conhecida na área da literatura e historiografia como “escrita de si”. Textos de caráter autobiográficos surgem de forma consolidada a partir do Renascimento, pois a individualidade começa a se fazer presente no cotidiano. Klinger (2006) argumenta que o homem só foi capaz de se ver como de fato é, sem nenhuma premissa transcendental, apenas com a desintegração dos dogmas ocorrido entre o fim da idade média e o início da idade moderna.

O Arquivo Pessoal pode ser interpretado como uma maneira de “escrita de si”, pois o titular não conseguirá preservar todos os documentos produzidos e recebidos no decorrer de sua vida e dessa maneira irá necessariamente realizar uma seleção. O resultado dessa seleção é a “escrita de si” do titular, ou seja, o titular está reservando para o futuro documentos pessoais que contenham informações que ele deseja que seja acessível. Ao descartar documentos considerados indesejáveis ou inúteis, o titular está moldando a sua personalidade mediante o seu Arquivo.

A atividade de guardar documentos ganha força a partir do século XVIII segundo Cox (2017) quando o autor comenta que as cartas tinham como função a de ser um agente de produção,

preservação, definição e redefinição de uma comunidade revivalista. Era o impulso humano de perpetuar a sua memória se fazendo presente com a guarda de seus documentos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Assis (2009) comenta que os indivíduos guardam seus documentos com o objetivo de compor os relatos de suas histórias de vida de maneira que acreditam ser prudente serem transmitidas. Concomitantemente, o titular do arquivo está elaborando para os mesmos fins uma “imagem de si”, ou seja, há a produção da estética de sua existência (HEYMANN, 2013).

A elaboração de uma “escrita de si” e de uma “imagem de si” está relacionada à razão de se ter um Arquivo Pessoal quando o titular responde o seu impulso humano de resistência ao esquecimento. Cox (2017) afirma que o ato de arquivar é semelhante aos esforços que todo indivíduo tem em aprender a falar, ler e escrever, ou seja, arquivar é da natureza humana.

O Arquivo Pessoal mediante a “escrita de si” e a “imagem de si” demarca o indivíduo no tempo e no espaço em que o mesmo se insere. Porém, essa intenção biográfica mediante o Arquivo é realizada também para os “outros”. Neme (2005) e McKemmish afirmam que ao contrastar a imagem íntima presente no Arquivo com a imagem pública, o titular está sujeito ao risco de ter a sua escrita e imagem aceita ou não, todavia é apenas na arena pública que o seu produto será consolidado e receberá notoriedade.

A preservação de certos documentos também pode responder outros questionamentos intrínsecos à alma humana. Os sentimentos são lembrados por Cox (2017) quando o autor comenta que os documentos trazem provas de nossa existência. Dependendo de quais atividades desempenhamos no decorrer das nossas vidas e a forma como foram realizadas, os documentos podem trazer sentimentos bons como orgulho, honra, felicidade ou ruins entre os quais a culpa, vergonha e o medo. O Arquivo é preservado nesse caso para atestar algo que um dia pode ser solicitado ou que se seja conveniente expor.

Existe também um fetichismo, sentida principalmente pelas gerações mais antigas, de possuir o documento e/ou de ter a experiência tátil. É como se fosse uma relíquia tocante a pessoa que escreveu estabelecendo um elo tangível entre as épocas (COX, 2017).

Alguns documentos são preservados por serem aqueles que atestam a nossa existência e que permitem o usufruto de nossa cidadania como a Carteira de Identidade, CPF, Escritura de Imóvel, entre outros. Vogas (2011) cita Artiéres (1998) quando esse institui o conceito de “injunção social” para esse tipo de documentação.

Muitos indivíduos podem não ter a perspectiva de deixar para a posterioridade os seus documentos. Em alguns casos os Arquivos são formados por documentos em que os indivíduos guardam por simples questão de afetividade as quais remetem a lembranças de momentos marcantes de suas vidas. Cox (2017) cita as fotografias, diplomas, prêmios entre outros como exemplos de

documentos que são guardados pelo valor sentimental na vida particular do titular que esses representam.

Muitos são os exemplos de titulares que guardaram seus documentos com medo que a instituição no qual atuou os perca. Nem todas os locais de trabalho tem a consciência do valor histórico e cultural imbuídas em seus documentos (LISBOA, 2012). Em decorrência dos avanços tecnológicos, algumas instituições entraram numa corrida pela digitalização visando literalmente “se livrar” dos documentos físicos. Porém, os inúmeros riscos que as novas tecnologias digitais parecem representar faz com que a manutenção de documentos, como aborda Cox (2017), mantém o impulso humano de conservar os seus Arquivos em formato físico.

Essas constatações deixam claro que a ação de acumulação de documentos de um Arquivo Pessoal por um indivíduo não é neutra. Decidir quais documentos devem ficar ou não, é uma atividade subjetiva do titular do Arquivo. Assis (2009) aborda que mesmo quando é realizado de forma inconsciente, o titular do arquivo acaba construindo a memória que deseja deixar para a posterioridade, logo eivado de subjetividade

A falta de neutralidade deve ser sempre considerada numa pesquisa que utiliza esse tipo de documentos para evitar o “feitiço dos Arquivos Privados” como citado por Svicero (2013, p. 233) baseado em Gomes (1998) e Heymann (1997). O feitiço dos Arquivos Privados nada mais seria como “uma ilusão da verdade”, de “contato imediato com o indivíduo” aos quais os titulares de arquivo proporcionariam aos pesquisadores. Assim, um Arquivo Pessoal não é um espelho da trajetória de seu titular, além disso, o seu arquivo não contém a memória em estado bruto do mesmo. No próximo tópico será abordado conceitualmente a Teoria do Reconhecimento.

4 TEORIA DO RECONHECIMENTO

Os pressupostos teóricos de Axel Honneth são atribuídos à Escola de Frankfurt em sua terceira geração e é denominada como “Teoria do Reconhecimento”. Honneth se baseia no conceito de Hegel de “Luta por Reconhecimento” cuja sociedade deve ser interpretada por essa (HONNETH, 2009).

A intersubjetividade nesse caso está relacionada à noção de autorrealização e, conforme apontado por Honneth (2009), a autorrealização por sua vez é referente não a políticas identitárias e sim à autonomia do indivíduo. Porém, Mendonça (2009) ao lembrar que a sociedade é pautada por obrigações intersubjetivas argumenta que essa autonomia não segue a lógica da autoconservação individual, mas sim de uma luta moral: “Honneth atualiza a ideia hegeliana por meio da psicologia social de G. H. Mead, que critica teorias sociais atomísticas, aprofunda o olhar intersubjetivista e investiga a importância das normas morais nas relações humanas” (MENDONÇA, 2009, p. 63).

As lutas morais de indivíduos e/ou grupos sociais para Honneth são as formas que se tem de tentar ser reconhecido tanto institucionalmente como culturalmente e servem como subsídios para

interpretar a sociedade. Segundo Honneth (2009, p. 202) “no interior de grupos determinados por status, os sujeitos podem se estimar mutuamente como pessoas que, por força da situação social comum, partilham propriedades e capacidades a que compete na escala de valores sociais uma certa medida de reputação social”.

Ao se aprofundar em seus estudos, Honneth (2009) divide em três os âmbitos do reconhecimento:

- a) O “Amor” tendo como princípio integrador as ligações emotivas fortes;
- b) O “Direito” mediante a adjudicação de direitos;
- c) A “Solidariedade” baseada na orientação por valores;

O primeiro âmbito, o do amor, Honneth (2009) se baseia na teoria da psicanálise de Winnicott. Exemplifica na relação entre mãe e filho onde inicialmente se tem um contexto de “dependência absoluta” no qual ao se desenvolver passa pela “dependência relativa” até a total “autonomia”. A relatividade entre dependência/autonomia em cada relação amorosa do indivíduo se atualiza e reflete na sua confiança. Dessa maneira, a “autoconfiança” seria oriunda do amor.

Pautado historicamente no surgimento do direito moderno, onde o sistema jurídico não é mais permitido atribuir privilégios e exceções em função do status pessoal, Honneth argumenta sobre o âmbito do direito. Para Honneth (2009) o sistema jurídico interpreta agora todos na mesma medida no qual permite que os sujeitos se reconheçam como portadores de igualdade.

Dessa maneira, o direito de acordo com Saavedra; Sobottka; (2008, p. 11) “deve ser geral o suficiente para levar em consideração os interesses de todos os participantes da comunidade”. Para Honneth (2009) a luta por reconhecimento está atrelada a “pressão” no qual as “novas condições” vem à tona para participarem na formação pública. As relações jurídicas acabam conseqüentemente proporcionando o “autorrespeito”.

O último âmbito, o da solidariedade, está associado à estima social de um indivíduo e/ou grupo social. O que fica saliente são as propriedades desse indivíduo e/ou grupo social que o torna diferente dos demais. A estima social permite referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas.

De acordo Honneth (2009), a estima social não está mais ligada a honra e/ou estamentos e sim ao sentido de “mérito” onde as realizações e contribuições a sociedade é utilizado como balança para apontar ou não o estima. A solidariedade ocorrerá quando obtiver à valorização social das particularidades dos indivíduos e/ou grupos. O que resulta desse âmbito é a auto-relação valorativa que devido o vínculo forte da vida em comunidade a mesma só pode ser avaliada intersubjetivamente.

A busca pelo auto-reconhecimento e pelo reconhecimento dos outros se dá mediante uma “tensão” que é característica intrínseca da modernidade:

Honneth parte do princípio que uma pessoa desenvolve a capacidade de sentir-se valorizada somente quando as suas capacidades individuais não são mais avaliadas de forma coletivista. Daí resulta que uma abertura do horizonte valorativo de uma sociedade às variadas formas de auto-realização pessoal somente se dá com a transição para a modernidade. Em função dessa mudança estrutural existe, porém, no centro da vida moderna uma permanente tensão, um permanente processo de luta, porque nesta nova forma de organização social há, de um lado, uma busca individual por diversas formas de auto-realização e de outro, a busca de um sistema de avaliação social (ibid., p. 204). Essa espécie de tensão social que oscila permanentemente entre a ampliação de um pluralismo valorativo que permita o desenvolvimento da concepção individual de vida boa e a definição de um pano de fundo moral que sirva de ponto de referência para avaliação social da moralidade faz da sociedade moderna uma espécie de arena na qual se desenvolve ininterruptamente uma luta por reconhecimento (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008, p.13).

É nesse sentido que cada indivíduo e/ou grupo social precisa ter a iniciativa e obter êxito de conseguir influenciar a vida pública para fins de reconhecimento social integrando-se de forma definitiva culturalmente e moralmente a sociedade em que se inserem.

O auto-relacionamento de forma saudável e positivo só é possível quando não existam os sintomas patológicos da sociedade. Para cada âmbito do reconhecimento existe uma forma de desrespeito de acordo com a associação de Honneth (2009):

- a) Aos maus tratos, tanto os que afetam a integridade corporal dos sujeitos como sua integridade psíquica afetando conseqüentemente a autoconfiança;
- b) A negação de direitos que afeta o autorrespeito e a integridade social. Vincula-se aqui o sentimento de injustiça e de responsabilidade moral;
- c) Referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos que mina a autoestima dos sujeitos e a dignidade. Relação com a degradação moral e a injúria.

O autor lembra que o desrespeito ameaça as identidades, porém elas impulsionam as lutas sociais tornando-se fundamentais para o desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos. O desrespeito torna-se a base motivacional da luta pelo reconhecimento. Em seqüência Saavedra e Sobottka (2008, p. 16) concluem: “É exatamente porque os seres humanos nunca reagem de forma neutra a esse tipo de enfermidade social, que o sentimento de injustiça acaba sendo o estopim da luta por reconhecimento”.

5 O ACERVO DO DR. JOSÉ MARIA DE SOUZA

O Instituto Evandro Chagas - IEC, sediado nos municípios de Belém/PA, Ananindeua/PA e Boca do Acre/AM, atua desde 1936 em diversas instâncias da Saúde Pública e da Pesquisa Biomédica. Consiste num centro de referência mundial em Ciências Biológicas, Meio-Ambiente e Medicina Tropical com pesquisas em micro-organismos e patologia da Amazônia.

Em 2013 foi elaborado o Projeto intitulado “Implementação do Arquivo de Memória do IEC. Metodologia para tratamento do Acervo Permanente”. O projeto tinha dois principais objetivos: o primeiro era estabelecer diretrizes de ações, visando o tratamento da Massa Documental Acumulada

– MDA pelo Instituto no decorrer dos seus quase 80 anos de existência. O segundo objetivo era de normatizar e implementar um Programa de Fundos Pessoais mediante aquisição e tratamento de Arquivos Pessoais dos principais pesquisadores que atuaram na Instituição.

O fundo planejado a ser recolhido primeiramente pelo arquivo do IEC era o da Dr^a. Gilberta Bensabath, doutora Honoris Causa em Medicina pela Universidade Estadual do Pará – UEPA e pesquisadora do Instituto Evandro Chagas – IEC, porém com a demanda do Programa de Malária, em janeiro de 2014, de desocupar a sala da antiga coordenação do referido programa na sede de Belém, foi incorporado o acervo que estava presente nesta e cujo titular era o Dr. José Maria de Souza. Encontrava-se nesse espaço acervos particulares de caráter bibliográfico, museológico e arquivístico.

A coordenadora da Seção Científica de Parasitologia – SAPAR naquele momento, Dr^a. Ana Ventura, doutora em medicina Tropical pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e pesquisadora do Instituto Evandro Chagas – IEC, procurou o antigo Centro de Informação, Documentação e Memória – CEDIM do IEC, o qual o Arquivo integrava na época como unidade, no intuito de responder a demanda anteriormente relatada, oferecendo o acervo bibliográfico ao serviço de Biblioteca. Em reunião com a Chefia do CEDIM, a mesma aproveitou para mostrar os objetivos e as atividades realizadas pelo Centro, entre os quais os de arquivo. A partir dessa reunião o Serviço de Arquivo foi autorizado pela Coordenadora da Seção de Parasitologia - SAPAR a realizar as atividades com os documentos presentes na antiga sala do Dr. José Maria de Souza com o consentimento deste. Durante os primeiros meses teve-se o acompanhamento da servidora Sr^a Laura que o secretariou por mais de cinco anos.

Posteriormente a documentação presente nesse espaço ter sido separada conforme a área de interesse (arquivo, biblioteca e museu) é que foi possível ver a dimensão de todo o Arquivo Pessoal do Dr. José Maria de Souza. Encontra-se nesse fundo as mais diversificadas tipologias de documentos como os relacionados a atividades referentes à sua atuação profissional nos diferentes locais em que trabalhou, atividades rotarianas, religiosas, sindicais, associativas, documentos patrimoniais, relações familiares e interpessoais, de formação e aperfeiçoamento, além de homenagens que recebeu e prestou. Quanto ao suporte encontrou-se documentos fotográficos, de jornais, flâmulas e o tradicional papel. O volume do acervo consta de 4 metros lineares de documentos textuais e 2 metros em suporte fotográfico. Destaca a presença de documentos do tipo “egodocumento” com conteúdo de cunho íntimo e familiar. A temporalidade dos documentos inicia-se na década de 1950 e encerra-se no ano de 2012.

Após o devido tratamento técnico o arranjo ficou assim dividido nos seguintes grupos:

- Vida Pessoal (contendo as séries Relações Interpessoais, Atividades Religiosas, Acompanhamento do Estado de Saúde, Identificação e Exercício da Cidadania, Relações Familiares, Formando de Medicina/UFPA 1958 e Controle de patrimônio).

- Formação e Aperfeiçoamento (contendo as séries Graduação em Medicina, Graduação em Farmacêutico-Químico, Especialização em Farmacologia, Doutorado em Medicina, Cursos de Aperfeiçoamento e Curso Médico de Acupuntura).
- Atividades Profissionais (contendo as séries Administração da Carreira, Contatos Profissionais, Exercício da Atividade de Medicina, Atuação Profissional na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, Atuação Profissional no Hospital Barros Barreto, Atuação Profissional na Universidade Federal do Pará, Atuação Profissional no Instituto Evandro Chagas, Participação em Projetos a Convite de Outras Entidades, Participação em Comissões e Conselhos, Atuação como Avaliador e/ou Consultor e Atuação Profissional em Outras Instituições).
- Participação em Eventos;
- Publicações;
- Participação em Atividades Associativas;
- Participação em Atividades Sindicais;
- Atuação Rotariana (Contendo as séries Participação em Eventos, Atuação no Rotary Belém, Atuação no Distrito 4270, Atuação no Rotary Ananindeua, Atuação em Outras Entidades Rotarianas e Homenagens);
- Homenagens.

O acervo já se encontra descrito, notificado, digitalizado e migrado para a base “*Memory*” elaborada pela equipe de Tecnologia da Informação - TI do IEC, esperando o seu lançamento para fins de difusão do acervo.

6 A TEORIA DO RECONHECIMENTO CONTEXTUALIZADA NO ARQUIVO PESSOAL DO DR. JOSÉ MARIA DE SOUZA

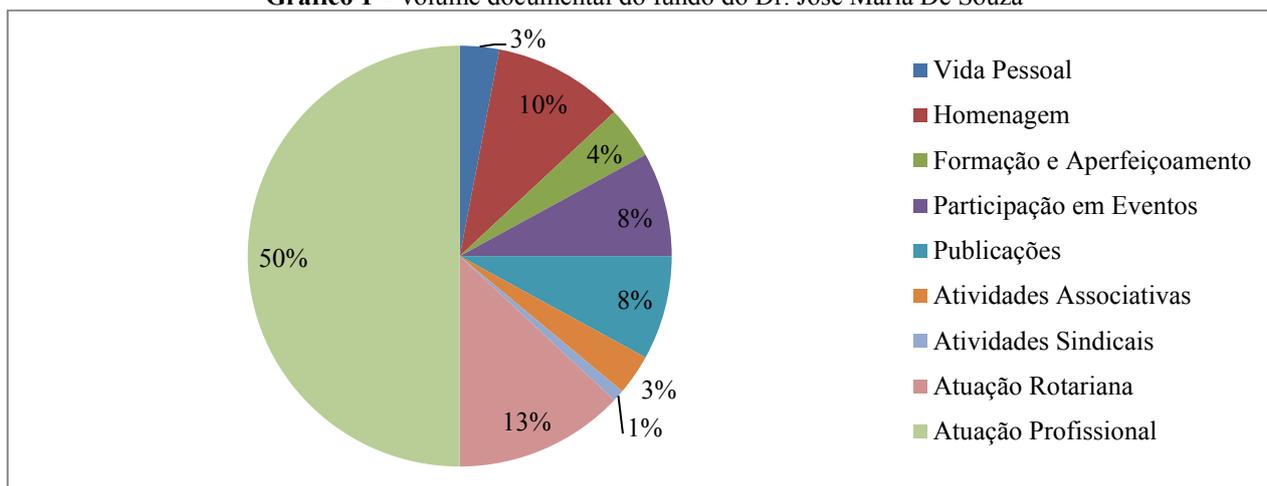
O Dr. José Maria de Souza é médico e farmacêutico-bioquímico, atuou na Escola de Enfermagem Magalhães Barata - EEMB, Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, Universidade Federal do Pará - UFPA e no próprio IEC. Tornou-se doutor em Medicina pela Universidade de São Paulo – USP de Ribeirão Preto/SP. É reconhecido pela sua contribuição nas pesquisas sobre Malária, principalmente pelo projeto Mefloquina com colaboração da Organização Pan-americana de Saúde nos anos oitenta. Também é reconhecido no mundo rotariano no qual sempre promoveu ações de combate a malária. Atualmente reside em Porto Alegre – RS continuando na ativa, mesmo aposentado, principalmente dando assistência médica na área de geriatria e acupuntura.

Durante a sua formação e carreira profissional, além dos documentos de cunho pessoal, o Dr. José Maria de Souza foi guardando a documentação que era gerada para a execução de suas

atividades. Questiona-se os motivos que o levou a guardar todo esse acervo. Tendo como aporte teórico os autores da Arquivologia sobre os motivos que levam a alguém a guardar um Arquivo Pessoal e a “Teoria do Reconhecimento” de Honneth é que se buscará elucidar esse questionamento.

Importante para iniciar a análise é compreender sobre o que trata a documentação que o mesmo preservou. Analisando o gráfico abaixo podemos perceber o quantitativo percentual de documentos guardados relacionadas à função intrínseca do documento:

Gráfico 1 – volume documental do fundo do Dr. José Maria De Souza



Fonte: Elaborado com base nos dados de Britto (2016).

O maior volume documental corresponde à atuação profissional dele (50% do volume total). Nesse conjunto de documentos encontra-se diferentes tipologias documentais que vão desde Currículos Lattes para fins de administração e comprovação de suas atividades, passando pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativo, comissões, consultoria, correspondências profissionais, como também o de exercício da medicina nos diferentes locais onde ele atuou.

Esses documentos mostram o crescimento do Dr. José Maria de Souza como profissional, pois datam da década de 1960 até a primeira década dos anos 2000. É nesse conjunto que os grandes feitos dele como Pesquisador se encontram, principalmente pelo projeto Mefloquina da década de 1980 executado no Hospital Barros Barreto e que proporcionou a ele o reconhecimento internacional na área da saúde ao receber o prêmio Karolinska na Suécia em 1988. Reconhecimento esse que não se limita a sua área de atuação e a sua cidade natal, Belém – PA.

A qualidade de seu trabalho e o alto grau de reconhecimento internacional na área da malária é atestada também nos convites internacionais para realização de pesquisas e consultorias. O Dr. José Maria de Souza recebeu convites oriundos da Bolívia, Equador, Suriname, Guiana, Colômbia, Angola, Moçambique e Filipinas. Referente ao Brasil a documentação evidencia participação em projetos e consultorias do Dr. José Maria de Souza desde Roraima até o Rio Grande do Sul.

As atas de reuniões administrativas e os documentos referentes a sua atuação em cargos de comando (coordenação de curso, chefe de departamento ou chefe de seção) por sua vez demonstram

a participação de forma muito ativa e colaborativa.

Os agradecimentos e homenagens, ainda em relação à atuação profissional, evidenciam o caráter dele como professor de “excelência”. Esses documentos atestam a relação de amizade com seus alunos, além da ajuda a esses em suas ascensões acadêmicas e profissionais (vários foram os alunos que seguiram sob sua orientação desde a graduação até o doutorado e ainda posteriormente na vida profissional). Os altos números de teses, tanto como orientador ou como integrante de banca, demonstram a sua relevância acadêmica e referência na área.

Já a série de “homenagens” (10% do volume total) apresenta documentos de autoria de alunos, colegas de trabalho e colegas de associações que sempre ressaltam a sua contribuição para a ciência e para o ensino da saúde.

As séries “Participação em Eventos” e “Publicações” são referentes também a sua atuação profissional, mas foram separadas no arranjo pela sua significância e volume documental (cada série corresponde a 8% do acervo). Publicações demonstram não apenas o ritmo constante de suas publicações (maior intensidade na década de 80), mas a própria evolução de seu corpus teórico. E os eventos da mesma forma evidenciam a sua presença rotineira nesses. Como relatado pelo próprio titular do acervo quando afirma ter conhecido $\frac{3}{4}$ do globo, os documentos de eventos são de origens diversas. Os eventos organizados por ele demonstram a sua capacidade e empenho de realizar eventos de grande porte como foi a “I Reunião Brasil-Colômbia sobre Malária”.

As atividades associativas e sindicais, correspondentes a 4% do volume, contêm documentos de inúmeras associações de classe, tanto da medicina como da farmácia. Sua preocupação com o exercício da medicina também entrelaça o cunho político e difusor.

Encontramos também documentos referentes a sua formação (graduação, especialização e doutorado) correspondendo a 10% do acervo. Documentos alguns que relatam o reconhecimento do esforço e brilhantismo dele pelos professores.

As atividades Rotarianas, contendo um volume de 13% do acervo total, diferenciam das demais séries devido ao tipo de atuação desempenhada por ele enquanto membro rotariano. Porém, o reconhecimento tanto enquanto membro e depois como diretor do Rotary Belém, Rotary Ananindeua e principalmente como Governador do Distrito 4720 continua sendo evidenciado. Sua atuação no Rotary também foi de combate a malária, além da agraciação do prêmio “Paul Harris” a diversos membros dos Rotaries sob sua tutela.

O destaque de todo o seu acervo corresponde aos documentos da série “Vida Pessoal” (3% do volume total). Nesse foram guardados documentos sobre as relações familiares e interpessoais como as cartas apaixonadas a esposa e os cartões de recordação. Além disso, apresenta documento de cunho religioso, diferencial para um cientista de auto renome.

Apresentado sucintamente o acervo do Dr. José Maria de Souza é que podemos categorizar os

conjuntos documentais significantes relacionando a “Teoria do Reconhecimento”, ver quadro 1:

Quadro 1 – Relação de conjuntos documentais do acervo do Dr. José Maria de Souza

CONJUNTO DOCUMENTAL	ESPÉCIES DOCUMENTAIS (PRINCIPAIS)	ÂMBITO DA TEORIA DO RECONHECIMENTO
Atuação Profissional	Currículo Lattes	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua extensa atuação profissional. Âmbito do direito: reconhecimento legal de sua atuação profissional.
	Correspondências Profissionais	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua contribuição a diversas pessoas em suas atuações profissionais (pesquisa e atuação na área da saúde).
	Receitas Médicas, Conselhos e Avisos.	Âmbito do Amor: reconhecimento com a preocupação que ele tinha com os seus pacientes e/ou um determinado grupo da sociedade. Âmbito da Solidariedade: reconhecimento de sua atuação enquanto médico.
	Projetos de pesquisa, relatórios e apresentações.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua contribuição para a Ciência Médica principalmente no que concerne a Malária.
	Apostilas, provas, monitorias, trabalhos corrigidos, TCCS, dissertações e teses.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua atuação enquanto professor. Atenção dispensada aos alunos e o sucesso de alguns na vida acadêmica são as principais características desse grupo documental.
	Documentos administrativos (enquanto ocupando cargos de comando)	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua capacidade de atuação enquanto gestor. Os grandes feitos realizados durante a sua gestão.
Publicações	Artigos, revistas e livros.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento da evolução dele enquanto pesquisador. O alto volume de contribuição para a ciência médica principalmente no que concerne a malária. Contém o certificado recebido por ele de melhor trabalho do mundo na área de medicina tropical em 1989 na Suécia.
Atividades associativas e sindicais	Convite, revistas, convocatórias, recibos e atas.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento da atuação constante nos assuntos de classe. Defensor da difusão de tudo o que acontece na área médica.
Homenagem	Convocatória, certificado, discursos, quadros e fotografias.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento diversos obtidos por ele no decorrer dos anos. As homenagens partem de grupos de alunos, das associações de classe como da academia.
Formação e Aperfeiçoamento	Cadernos, convites, tese, polígrafos e fotografias.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento de sua evolução enquanto aluno e de sua genialidade.
Atuação Rotariana	Documentos administrativos, livros de sócios, projetos, programas, intercâmbio, atas e fotografias.	Âmbito da solidariedade: reconhecimento na área da beneficência. Sua grande atuação em projetos de combate a malária e enquanto gestor reconhecido internacionalmente enquanto esteve à frente do Distrito 4720.
Vida Pessoal	Cartas, cartões, Celebrações, Santinhos, Dossiês religiosos, Atestados de Saúde e fotografias.	Âmbito do amor: reconhecimento dele enquanto uma pessoa familiar. Reconhecimento principalmente pela sua dedicação enquanto pai e marido. Também pela sua boa relação interpessoal e pelo seu lado altamente religioso, apesar de ser um grande cientista.

Fonte: Elaborado com base nos dados de Britto (2016).

Analisando o quadro acima, notamos que quanto ao reconhecimento o Dr. José Maria de Souza guardava os seus documentos estando atrelado a dois âmbitos: o da solidariedade e do amor. O âmbito da solidariedade ficou mais em evidência, pois as atividades profissionais exercidas por ele que geram

documentos são mais numerosas do que as atividades pessoais ligadas ao âmbito do amor. Apesar do âmbito do direito aparecer uma vez, essa não é a principal preocupação do Dr. José Maria de Souza, pois a acumulação de Currículos Lattes e outros documentos comprobatórios estão mais relacionadas ao que Artiérres (1998), na área da arquivologia, denomina como “injunção social”.

A alta carga moral intrínseca ao Dr. José Maria de Souza, valores como “família”, “respeito mútuo”, “beneficência”, “empreendedorismo”, “trabalho”, entre outros, tornam o seu “Mundo de vida” carregado de referências que exigem um resultado positivo de suas ações e o reconhecimento em si contribui para êxito dessas. Uma das formas de se chegar ao reconhecimento é mediante os vestígios de suas atividades substanciadas nos documentos de Arquivo.

A escrita de si, narrativa de si e/ou imagem de si do Dr. José Maria de Souza está atrelada a essas categorias valorativas: familiar, beneficente, grande pesquisador e professor e de referência para a área da malária. É a individualização dos seus feitos para fins de reconhecimento como afirmado por Honneth (2009).

O reconhecimento pela solidariedade é alcançado pela tensão entre a auto-realização e a avaliação social (HONNETH, 2009). O Arquivo do Dr. José Maria de Souza tem preservados os documentos não apenas aqueles em que ele classificou como digno de seus valores morais, mas também aqueles que diante do público seriam aceitos e avaliados como de uma personalidade familiar e de grandes feitos profissionais. O Arquivo também é convertido como uma arena de luta por reconhecimento, pois custodia informações nas quais o titular resolveu deixar para a posterioridade por achar representativas de si. Concomitantemente, informações cujos usuários, que com os seus mundos de vida, dialogarão com esse acervo e o julgarão em sequência.

O reconhecimento nesse âmbito resulta na autoestima que pode ser comprovado, nesse caso, quando o Instituto Evandro Chagas solicitou a ele o seu acervo. A reação, disponibilidade e explicação dele aos técnicos responsáveis pelo Arquivo na instituição foi sempre positiva, pois o reconhecimento via sua documentação fora atingido.

Claro que a importância da documentação presente em seu acervo é atestada não apenas por questões de reconhecimento individual, mas também da ação em si de conservar, pelo medo de que a documentação fosse colocada fora. Política de gestão documental nos lugares onde ele atuou profissionalmente recentemente começou a ter relevância, pois não existiam profissionais habilitados para atuarem em arquivo e nem a consciência da importância dos acervos para a memória social.

Interessante são os documentos referentes ao âmbito do amor. A preservação desses documentos se procede mais por valorização da sua família em si do que dele enquanto uma pessoa familiar. Nos documentos é sempre enaltecido o valor de sua esposa e de seus filhos para a sua vida. É a forma que ele atinge o respeito e a confiança para com os seus familiares e consigo próprio, qualidades essas oriundas do amor. Como nos dizeres de Honneth (2009) “o amor é base das relações

sociais entre adultos”. Esses documentos não apenas proporcionam elementos de sua intenção biográfica, mas eles foram preservados também pela afetividade que o Dr. José Maria de Souza tinha por eles.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth é um modelo para se interpretar fenômenos sociais e entre eles está o de agentes sociais atuantes e de relevância que preservam seus Arquivos Pessoais.

O acervo do Dr. José Maria de Souza, assim como outros Arquivos e objetos de estudo, são produtos do seu próprio tempo. O ato de preservar elucida as relações sociais do tempo em que o titular esteve em ação, evidenciando assim, as razões que levam a alguém a buscar o reconhecimento mediante provas documentais.

A Arquivologia enquanto uma ciência precisa cada vez mais dialogar com outras áreas do conhecimento para aprofundamento de seus conceitos, fugindo assim de uma literatura rodeada de manuais de cunho técnico.

Nesse estudo foi possível notar o desejo de um médico e cientista de ser reconhecido não apenas pelo seu legado profissional, ligado ao âmbito da solidariedade, mas também ser reconhecido por outras características. Além das características profissionais, ele deseja que o seu lado pessoal e íntimo seja reconhecido, características essas que correspondem ao âmbito do amor.

A Teoria do Reconhecimento se apresenta como instrumento para a interpretação de Arquivos e deve ser apropriada por estudiosos da área. O arquivo enquanto patrimônio documental contém elementos da cultura, memória e identidade da sociedade em que se insere e deve ser estudado. Porém, a compreensão aprofundada do que é um Arquivo deve perpassar o seu contexto e a Teoria do Reconhecimento ajuda a atingir esse entendimento.

REFERÊNCIAS

ANÍBAL, Alexandra. **Vidas escritas:** para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escala individual – o caso dos Portfólios Reflexivos de Aprendizagens. Lisboa, CIES e-Working Papers (2011).

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala:** O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia. São João Del Rei, 2009. 264f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.

BRASIL, Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 09 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/l8159.htm. Acesso em: 20 ago. 2018

BRITTO, Augusto Cesar Luiz. **Manifestações de memória individual no arquivo pessoal Dr. José Maria de Souza**. 2016, 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, Belém do Pará, 2016.

CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (IFHC). 2007. 316 p.

COX, Richard. **Arquivos Pessoais: Um novo campo profissional**. Leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

DEKKER, R. **Jacques Presser's Heritage: Egodocuments in the Study of History**. *Memoria y Civilización (MyC)*, 5, 2002.

FUJISAWA, Vivian. **Arquivos Pessoais: Proposta de organização do acervo do cartunista Santiago**. 60p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GROFßE, Sybille. **Cartas e correspondência ordinária como ego-documentos na análise linguística**. *Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 11, número 2, dezembro de 2015.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. *In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, JoËlle. Heymann, Luciana; Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34. 2009. 293p.

KLINGER, Diana. **Escrita de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa Latino-Americana contemporânea**. 205p. Tese de Doutorado (Letras). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

LE-GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LISBOA, Araci. O livro, a parede e os arquivos pessoais. *In: SILVA, Maria C. S de Melo e; SANTOS, PAULO R. E. dos (orgs.). Arquivos Pessoais: História, preservação e Memória da Ciência*. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2012. 191p.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. *In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, JoËlle. Heymann, Luciana; Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

MENDONÇA, Ricardo. **Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais**. 385p. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MOSTACERO, Rudy. **Persona y subjetividad em um ego-documento: El caso Roland Barthes**.

Zulia – Venezuela, Revista Lingua Americana, 2006.

MUNDET, José. **Manual de archivística**. Madrid: FGSR, 1994.

NEME, Izabel. Arquivo Pessoal de João Antônio (1937-1996): possibilidades de pesquisa. **Patrimônio e Memória**. Assis/SP, v.1, n.1, p. 114-120, 2005.

OLIVEIRA, Lucia. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SAAVEDRA, Giovani; SOBOTTKA, Emil. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 09-18, 2008.

SANTOS, Paulo. **Arquivos de Cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SVICERO, Thais. Os Arquivos Pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. **Revista História e Cultura**, Franca, v.2, n.1, p. 221-237, 2013.

VOGAS, Ellen. **Estratégias e possibilidades dos Arquivos Pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos**: O Arquivo Darcy Ribeiro. 108p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação), Universidade Federal Fluminense, 2011.

THEORY OF RECOGNITION OF AXEL HONNETH: REASONS FOR PRESERVING PERSONAL ARCHIVES

Abstract: *Axel Honneth's Theory of Recognition emerges in the mid-twentieth century as a model of interpretation of social phenomena. We can list the Personal Archives and the reasons that its owners took to preserve their documents as one of the possible phenomena to be studied through this theory. Assuming this possibility, this article aims to demonstrate the relationship between the Archival Theories and the Theory of Recognition when studying a specific Personal Archive. The chosen collection was the one of Dr. Jose Maria de Souza guarded by the Evandro Chagas Institute for containing a diversity of documentary typologies which allowed a wide field for analysis and interpretation. It is conceptualized Archive and Personal Archive and it is based, based on the archival literature, the reasons that lead someone to preserve their documents. The Theory of Recognition and the collection of Dr. José Maria de Souza are contextualized. Ends with the analysis of the collection under study having as a template the Theory of Recognition.*

Keywords: *Personal Archive. Theory of Recognition. Axel Honneth. Egodocument. Writing for you.*

Originals recebidos em: 17/08/2018

Aceito para publicação em: 21/03/2019

Publicado em: 23/04/2019